

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO SEGUNDO PERÍODO DE 2015.


Às 19 horas do dia 02 de julho de 2015, com a presença confirmada de todos os vereadores o presidente Waldech iniciou a reunião convidando os presentes para uma oração. Logo em seguida solicitou ao 1º secretário a leitura do Edital de convocação da Reunião. Câmara Municipal de São Gonçalo do Pará – Edital de Convocação. A Câmara Municipal de São Gonçalo do Pará, através de seu presidente em exercício, no das atribuições legais, que lhe confere o artigo 73 do regimento interno; torna pública a Convocação dos Senhores Vereadores para a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, convocada na forma regimental, que será realizada nesta edilidade, a partir das 19:00 horas, no dia 02 de julho de 2015, com a pauta de deliberação, em caráter de urgência, da seguinte matéria: PROJETO DE LEI “ QUE DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO II, DO ART. 5º DA LEI MUNICIPAL Nº 1553, DE DEZEMBRO DE 2014 – LOA 2015”. São Gonçalo do Pará, 29 de Junho de 2015 – Waldech José de Melo – Presidente. Logo em seguida solicitou a leitura da ata da reunião anterior. Após lida e discutida foi votada e aprovada por unanimidade. Leitura da correspondência recebida. Projeto de autoria do Executivo. Leitura do Projeto de Lei nº 10/2015. Dá nova redação ao inciso II, do art. 5º da Lei Municipal nº 1553, de 18 de dezembro de 2014 – LOA 2015. Leitura do Parecer da Comissão de Justiça e Legislação. Presidente da Comissão: Vereador Gilbas Mariano. Relatora: Vereadora Walquiria. Membro: Vereador Marcelo. Parecer votado pelos três membros da Comissão de Justiça e Legislação. Foi contrário ao Projeto de Lei nº 10/2015 de autoria do Executivo. O vereador Arnaldo solicitou um aparte e perguntou se o parecer era sobre o novo projeto. O presidente da comissão informou que era referente ao Projeto de Lei nº 10/2015. O vereador Arnaldo disse que estávamos cometendo um erro. Disse que está registrado em ata que foi enviado um ofício para o prefeito dizendo que seria convocada uma reunião extraordinária a partir de que um novo projeto chegasse à Câmara. O vereador Arnaldo disse que o Edital de convocação da reunião está certo. Fez a seguinte colocação para entendimento: Está na ata e foi aprovado por 4 votos a 3 pelos vereadores perante o público presente de que seria encaminhado ao prefeito uma solicitação solicitando envio para a Câmara e assim que o projeto chegasse na câmara, seria convocada reunião extraordinária. Perguntou então se o projeto tinha chegado. O presidente Waldech disse que na parte da manhã conversou com o Prefeito e ele perguntou como estava e o presidente disse que estava tudo certo. O prefeito disse que então enviaria o projeto. O presidente Waldech disse que estava fazendo a reunião porque a maioria absoluta queria a reunião extraordinária que foi convocada. O vereador Arnaldo disse que também foi convocado. O vereador Hélio disse que foi convocado e que estava em Belo Horizonte. O vereador Arnaldo disse que a convocação está legal. O vereador Hélio disse que o Prefeito pode errar, mas que ele tem que mandar é na prefeitura e não na Câmara Municipal. O vereador Arnaldo disse que estamos fazendo o procedimento errado. O

CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO GONÇALO DO PARÁ  
Waldech José de Melo  
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO GONÇALO DO PARÁ  
Gilbas Mariano da Silva  
1º Secretário




vereador Hélio disse que se o prefeito tem bons advogados que ele recorresse depois. O vereador Arnaldo fez a leitura do ofício de nº 281/2015 encaminhado ao executivo. Ofício que solicita ao prefeito em tempo hábil que encaminhe a Câmara Municipal: projeto de lei, adequado para abertura de crédito suplementar, e que informe as referidas dotações orçamentárias e que demonstre claramente remanejamento a ser feito, constando todos os dados, que foi aprovado na reunião passada. Considerando a urgência pelo esgotamento dos créditos suplementares do orçamento é que requer urgência na adequação do projeto para que assim que chegar o projeto nesta casa legislativa será marcada uma reunião extraordinária cumprindo o Regimento Interno da Câmara Municipal de São Gonçalo do Pará. Segue o parecer jurídico e relatório da revista do Tribunal de Contas de Minas Gerais. O vereador Arnaldo disse que o projeto não tinha chegado e que estávamos indo contra o que havíamos proposto e indo contra os quatro votos e também contra perante a população que estava presente na reunião anterior. Disse que ficou do executivo enviar a Câmara projeto detalhado. O vereador Arnaldo disse que esteve na prefeitura e que o detalhamento não estava pronto, disse que entende que estamos fazendo errado. Foi convocada uma reunião extraordinária dizendo que para convocar a reunião extraordinária o projeto novo teria que estar na Câmara. O projeto pode chegar amanhã ou segunda. Mas ele deveria estar na Câmara e que é o seu entendimento. Finalizou o vereador Arnaldo. O vereador Gilbas Mariano solicitou um aparte e disse ao nobre vereador Arnaldo: Que está escrito no ofício é quando o prefeito enviar um novo projeto para a Câmara com as dotações certas. De onde está tirando para onde está indo. Hoje estamos analisando, conforme convocação da reunião extraordinária é o projeto de lei nº 10/2015. Se o prefeito encaminhar o projeto novo o presidente vai marcar a reunião. O presidente disse que se o prefeito enviar para a Câmara projeto novo mostrando onde vai tirar o dinheiro, de qual dotação que vai ser cancelada e qual dotação que vai ser suplementada, a Câmara tem a obrigação de analisar e marcar reunião extraordinária para ser votado. Este projeto de lei nº 10/2015 os vereadores decidiram por maioria absoluta. Ninguém quer travar o prefeito, todos querem trabalhar junto com o prefeito. Disse que a primeira coisa que deveria ter sido feito era juntar, unir e chamar o prefeito ou seu assessor na Câmara para reunião com todos os vereadores. Para explicar como será feito. Está parecendo que o Contador da prefeitura, Sr. Luiz, que trabalha em diversas prefeituras, não sabe que tem que cancelar algumas dotações para suplementar outras. Nos R\$ 26.190.000,00(vinte e seis milhões e cento e noventa mil reais) o prefeito tem o direito de movimentar. Ele tem que gastar o que estiver dentro das dotações. Se não for gastar na área de esportes ele pode passar para outra área. Educação vem do FUNDEB. O prefeito precisa mostrar e não está descartado se chegar até a Câmara. O presidente Waldech também disse que perguntou quem era o líder do prefeito na Câmara e o próprio prefeito disse que não tinha indicado. Falou que conversou com o prefeito hoje (02/07/2015), no posto de saúde, e disse que precisa ter o líder do prefeito na Câmara para dialogar. Para que o

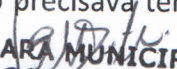
  
CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO GONÇALO DO PARÁ  
Waldech José de Melo  
Presidente

  
CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO GONÇALO DO PARÁ  
Gilbas Mariano da Silva  
1º Secretário




líder leve e mostre o que está certo e o que está errado. Está votando o projeto de lei de nº 10/2015 e os vereadores também tem a mesma ideia. No uso da palavra o vereador Manoel disse que o que foi falado na segunda feira sobre o referido projeto é que ia devolver e o presidente ia marcar uma reunião e que fosse colocado no projeto o que estava faltando. O presidente disse que não poderia devolver e o executivo é que deveria retirar o projeto. Falou que em outro dia usou das melhores intenções levando outro projeto no executivo, a Dra. Márcia falou que não podia. Devido a este acontecimento não usaria mais o bom senso. O projeto deveria ser retirado. Este projeto de lei de nº 10/2015 vai ser colocado em pauta hoje, disse o presidente Waldech. O presidente Waldech solicitou a leitura do parecer da Comissão de Justiça e Legislação. O vereador Gilbas disse que era favorável ao parecer. A vereadora Walquiria disse que era favorável ao parecer porque o projeto não fala de onde vai sair as dotações e para onde vai. Na administração pública nós precisamos trabalhar com responsabilidade, transparência e com planejamento. Disse que fica surpresa quando falam que precisam de dotação orçamentária para pagamento de servidor. Precisa, é porque mostra uma incompetência enorme. Falta de planejamento. Foram pagas cinco folhas de pagamento até agora. Precisa pagar treze folhas em um ano. Não acredita que o contador faça o orçamento e não faz a previsão para o ano todo. Faltar no final do ano é aceitável. No projeto não fala de pagamento. O que vale é o que tá dentro da lei. Tem que falar que é dotação orçamentária para pagamento. Se estiver precisando de dotação orçamentária nesta rubrica que enviem para a Câmara. Estamos analisando o projeto de lei de nº 10/2015 que está em pauta. Se a prefeitura tem a necessidade que faça a coisa certa. Não podemos admitir que o erro do executivo, recaia sobre o legislativo. Não podemos admitir ameacem como estão fazendo aos servidores. Vivemos em uma democracia. Parece que vivemos em uma ditadura em nossa cidade. A Câmara tem soberania. E através desta soberania precisamos ser respeitados. Não foi o que ocorreu no decorrer da semana. Viu acontecer várias ameaças em cima do servidor público. É triste porque falam que é um governo de atitudes. E onde estão estas atitudes democráticas deste governo municipal. A vereadora Walquiria disse que votará nos projetos que solicitarem dotação orçamentária para a folha de pagamento. O servidor dedica sua vida ao município e tem suas despesas. A maioria das pessoas recebe salário mínimo. Fazer nós vereadores de trouxa igual estão fazendo, não podemos admitir. Votou favorável ao parecer e disse que deixava claro para o público em trabalhar para a aprovação de projetos solicitando dotação orçamentária para a rubrica de pagamento do servidor. O vereador Marcelo disse que teria a reunião extraordinária, para que o prefeito arrumasse o projeto para dizer de onde estava saindo e para onde está levando. Acreditava que a reunião era para votar para onde os créditos suplementares estavam indo. Se o povo precisa receber nós devemos votar corretamente. O vereador Arnaldo solicitou um aparte ao vereador Marcelo e disse que concordava com o vereador. Disse também que se o projeto estava sendo votado nesta reunião poderia ter sido votado na outra reunião. Não precisava ter marcado a

  
CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO GONÇALO DO PARÁ  
Waldech José de Melo  
Presidente

  
CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO GONÇALO DO PARÁ  
Gilbas Marlano da Silva  
1º Secretário



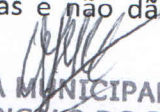
reunião extraordinária. Estava na Comissão de Justiça e Legislação e parou a votação para pedir um novo projeto. Continuava dizendo que estamos fazendo errado. O projeto que seria votado seria um novo mandado pelo prefeito. Foi solicitado em frente ao público presente. O vereador Marcelo disse que concordava com o vereador Arnaldo e era isso que ele queria esclarecer. Logo em seguida deu seu voto favorável ao parecer da Comissão de Justiça e Legislação. O presidente Waldech fez a leitura do Artigo 115 do Regimento Interno que diz quando a Comissão de Legislação, justiça e redação, pela maioria de seus membros, declararem o projeto inconstitucional ou alheio à competência da Câmara, será o mesmo incluído na Ordem do Dia, independentemente da audiência de outras comissões. Parágrafo único: Aprovado o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, quanto à inconstitucionalidade, considerar-se-á rejeitado o projeto. Logo em seguida o presidente Waldech colocou o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e redação em votação. Os vereadores Arnaldo, Marcelo e Manoel votaram contrário ao parecer. Os vereadores Gilbas Mariano, Vanderlei, Hélio, Walquiria e Valdeci votaram favorável ao parecer. O vereador Gilbas disse que o executivo não está respeitando a Câmara. Se mandar o projeto de suplementação do pagamento dos servidores públicos será votado. O que estava votando hoje era o projeto que o prefeito quer mais R\$ 3.400.000,00 sem os vereadores saber de onde está vindo e para onde vai. Disse que não era irresponsável. É do lado do povo e do servidor público. Parece que estão brincando com a Câmara Municipal e com os servidores. O prefeito pode mandar o projeto para a Câmara e ele não efetua o pagamento dos servidores na terça somente se ele não quiser. Se o prefeito enviar o projeto de crédito suplementar para pagamento de servidor todos os vereadores votarão. Se o prefeito quiser para pagar outras coisas que mande os projetos informando de onde os recursos sairão e para onde irão. Não que ver a saúde sem dinheiro, a educação, o transporte escolar, tem que fazer as coisas com responsabilidade. Se for apresentado o que foi gasto no ano de 2013,2014 e 2015 com festas as pessoas irão cair de costas. Falou que é favorável a realização de festas mas que tenha uma administração responsável. Se ouviu falar que ia faltar dinheiro por causa da recessão. Por que não fez um planejamento anteriormente. O vereador Gilbas disse que vem estudando o orçamento à muito tempo. No parecer da Comissão e na leitura da ata todos ouviram o que foi dito. Trinta e três por cento aproxima de crédito ilimitado. Foi votada a prestação de Contas do Prefeito Antonio André que foi dado 40% e o Tribunal de Contas alertou a Câmara que aproximava de crédito ilimitado. A Câmara Municipal com muita coragem votou para ter 20%. Na sua opinião, achava ainda que era muito deveria ter votado 5%. É o que toda casa legislativa deveria fazer. A prefeitura não manda informação para a Câmara. Querendo saber de alguma coisa tem que pesquisar no site do Tribunal de Contas. Não enviam os decretos de crédito suplementar para a Câmara. Visitou o site do Tribunal de Contas e que até primeiro de abril, foram gastos com crédito suplementar o valor de R\$ 3.398.440,00. Foi autorizado aproximadamente R\$ 5.000.000,00 de crédito suplementar. Na

  
CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO GONÇALO DO PARÁ  
Waldech José de Melo  
Presidente

  
CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO GONÇALO DO PARÁ  
Gilbas Mariano da Silva  
1º Secretário



vontade dele deveria ter dado apenas 5%. Vereador Valdeci 5%. Ouve um consenso e deu-se 20%. Até 1º de abril suplementaram R\$ 3.398.440,00 e ainda falta dados de maio e junho. Estão pedindo deve ser porque já gastaram o que foi autorizado. Nunca foi mandado para a Câmara e ela não sabe. A Câmara não sabe o que está acontecendo dentro do município. Falou que tem denunciado na Câmara e até colocou no telão. O vereador Arnaldo disse que continuava mantendo sua posição e que no projeto está dando nova redação e pedindo que no artigo altere de 20% para 33% e que continuávamos fazendo errado. Não era para estar votando o projeto hoje. O vereador Marcelo disse que não tinha cópia do parecer e que os membros deveriam ter para que ler e pedir opinião ao jurídico. Não leu e não pediu opinião jurídica. Votou a favor do parecer da Comissão, mas estava votando agora contra. O presidente disse para o vereador Marcelo que ele deveria ter pegado o parecer porque ele estava na Câmara. Quando participa de uma comissão tem que participar. O vereador Gilbas disse que o vereador Marcelo e a vereadora Walquiria foram convidados para participar da reunião da Comissão e a vereadora Walquiria Confirmou. O vereador Marcelo disse que compareceu na Câmara e que não estava pronto e que tinha compromisso e não poderia ficar esperando. O vereador Gilbas disse que o vereador Marcelo não quis esperar e que ele estava na Câmara juntamente com a vereadora Walquiria. O vereador Manoel votou contra dizendo que foi combinado de analisar o projeto e não está acontecendo. O vereador Vanderlei disse que ficava observando e que o prefeito na parte da manhã esteve com ele no posto de saúde e com o presidente Waldech então perguntou para ele: Toninho você consertou o projeto? Ele disse que sim. Perguntou vai ter reunião? Ele falou que sim e que ia mandar o projeto para a Câmara. Perguntou novamente para ele na Secretaria de Obras, vai ter reunião? Vai. Vai consertar o projeto? Vai. Convoca os vereadores, assessora jurídica e o contador para vir na câmara. Falou que conversou com a Fátima e ela disse que estavam analisando o projeto e ela disse que mandaria o projeto. Será por que não enviaram o projeto para a Câmara? Convida todos para depois falar que não vai ter reunião por isso estava votando favorável ao parecer. Não vai votar uma coisa como está na Câmara. O vereador Hélio justificou que votava favorável ao parecer, estava em Belo Horizonte. Ligou para o presidente e foi informado que haveria a reunião. Falou que no dia que o prefeito elaborar um projeto bem feito, estaremos na Câmara a qualquer momento para votar. Não é contra prefeito e nem servidor público. A vereadora Walquiria disse que tiveram a oportunidade de alterar. Como não ocorreu a alteração. O papel do vereador é analisar o que ele tem em mãos. E que se tem na mão é imoral porque não fala de onde vai sair para onde vai. Isto é sério e é co-responsável pela gestão pública. Não podemos assinar um cheque em branco. Estão jogando os funcionários contra os vereadores e falando que não tem dotação para pagamento. Que envie o projeto correto. É um compromisso nosso de lutarmos a cada dia pelos funcionários. Não podemos ser irresponsáveis de votarmos errado. Fazem as coisas erradas e não dão conta de administrar o dinheiro público. Querem jogar a

  
CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO GONÇALO DO PARÁ  
Waldech José de Melo  
Presidente

  
CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO GONÇALO DO PARÁ  
Gilbas Marlano da Silva  
1º Secretário



culpa nos vereadores. Não podemos aceitar. É covardia e falta de planejamento. Não é possível que um contador faça um orçamento errado que dá para pagar somente cinco folhas. São treze folhas e estão fazendo hora com os vereadores. Fazem pressão nos funcionários para irem na Câmara, depois fala que não tem reunião. Ele falou para todo mundo que não tinha reunião. Nós vereadores somos representantes do povo e sabíamos que tinha reunião porque fomos convocados. Será que o prefeito e seus assessores querem mandar na Câmara? Eles tem o poder dentro da prefeitura. Na Câmara quem tem o poder são os vereadores. Está percebendo abuso de poder de secretário. Secretário coibindo servidor. Não podemos admitir. As pessoas estão com medo de conversar, vai trabalhar está com medo. É um absurdo. Que democracia é esta? Perguntou a vereadora Walquiria. Que governo de atitudes é este? Onde estão as atitudes de responsabilidade? Atitude de prestar um serviço de qualidade para a população. O que for dentro da lei e da legalidade podem conosco. Principalmente os servidores. Estamos do lado dos servidores para defender seus direitos. Voltou a repetir se precisar de dotação para fazer pagamento de funcionário que faça o projeto. Não iludam as pessoas, falando que o projeto é para uma coisa e é para outra. É com muita consciência que é favorável ao parecer, finalizou a vereadora Walquiria. O vereador Valdeci disse que o projeto foi discutido na reunião de segunda feira e que se o prefeito tivesse interesse em ajudar os funcionários, quisesse pagar os salários, ele teria arrumado o projeto. O prefeito teve prazo para fazer. Tem muita gente trabalhando dentro da prefeitura e poderia ter arrumado o projeto. Ele não quis arrumar o projeto e ainda está querendo jogar a culpa nos vereadores. Amanhã tem vários Fake e pessoas que não tem o que fazer, falando que os vereadores não quiseram votar. Disse que votava favorável ao parecer e que o prefeito estava querendo mais de R\$ 3.000.000,00. A folha de pagamento não chega em R\$ 800.000,00. Não sabe o que ele vai fazer com o resto do dinheiro. O presidente anunciou que foram 05 votos favoráveis ao parecer da Comissão e 03 contrários. O projeto de lei de nº 10/2015 foi rejeitado. O presidente Waldech disse que se o contador da prefeitura refazer o projeto, na semana que vem será marcada uma reunião extraordinária para votar o pagamento dos funcionários. Nenhum vereador é contra. O contador trabalha em diversas prefeituras e sabe como fazer. Logo em seguida encerrou a reunião com uma oração. Eu, 1º secretário, vereador Gilbas Mariano, lavrei a presente ata que depois de lida, discutida, votada e aprovada deverá ser assinada.

Valdeci José de Melo  
Walquiria  
Adriano José de Melo  
Gilbas Mariano  
Amarildo Barão  
Carmalito Mendes

Waldech José de Melo  
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO GONÇALO DO PARÁ  
Waldech José de Melo  
Presidente